



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

ANA LAURA BRITO DA CONCEIÇÃO

**UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS INTERNAS ENTRE ESCRAVIZADOS
NAS FREGUESIAS DO GRÃO-PARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XVIII (1774-1776)**

BELÉM-PA
2025

ANA LAURA BRITO DA CONCEIÇÃO

**UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS INTERNAS ENTRE ESCRAVIZADOS
NAS FREGUESIAS DO GRÃO-PARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XVIII (1774-1776)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de História, Campus Guamá, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior

Belém-PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744a Conceição, Ana Laura Brito da.
UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS INTERNAS ENTRE
ESCRAVIZADOS NAS FREGUESIAS DO GRÃO-PARÁ NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII (1774-1776) / Ana
Laura Brito da Conceição. — 2025.
38 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de
História, Belém, 2025.

1. Escravidão africana. 2. Amazônia colonial. 3.
Demografia. I. Título.

CDD 981.03

À minha avó, Maria das Graças, meu maior exemplo e incentivo. E à minha falecida tia, Gleici Valente, motivo da minha constante saudade.

AGRADECIMENTOS

Aos orixás pela proteção e força no decorrer da trajetória.

As mulheres que me criaram com tanto esforço e dedicação, minha avó, Maria das Graças e minha mãe Gleicy Lidianne.

Aos meus irmãos caçulas, Gabryel e Davi pelo carinho e pelas risadas que aliviaram a angústia.

À Giselle Knowles, pelo conforto dado a mim através de palavras que serviram como acolhimento em conflitos internos e externos.

À Morgana Amaral, pela cumplicidade, afeto diário e colo nos momentos difíceis.

Aos amigos Paloma e Carlos, que caminharam ao meu lado durante todo o percurso acadêmico.

Ao Nicolas, sobrinho amado que a universidade colocou no meu caminho como uma dádiva que nem eu sabia que precisava tanto.

À Camila Nathalia, por me permitir partilhar os altos e baixos que vão além dos muros da universidade.

Aos demais irmãos acadêmicos que a jornada universitária teve a bondade de colocar na minha vida.

Ao meu professor, Otaviano Vieira.Jr, por apresentar com maestria o tema pelo qual me apaixonei e escolhi seguir, além das orientações, conselhos e ideias compartilhadas.

A todos que, de forma indireta, foram um incentivo na realização e conclusão deste sonho.

RESUMO

Na segunda metade do século XVIII, a economia do Estado do Grão-Pará foi profundamente marcada pela atuação da Companhia Geral de Comércio, que intensificou a introdução de africanos escravizados e reorganizou as rotas comerciais na região amazônica. Este trabalho tem como objetivo analisar a população escravizada entre 1774 e 1776, observando as especificidades demográficas das diferentes freguesias. A investigação identifica não apenas o crescimento do contingente africano, mas também a desigualdade na sua distribuição interna, vinculada às dinâmicas econômicas locais e à maior integração de determinadas áreas ao comércio. A análise fundamenta-se nos mapas populacionais do período e em documentos oficiais custodiados pelo Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chave: Escravidão africana; Amazônia colonial; Demografia.

ABSTRACT

In the second half of the 18th century, the economy of the state of Grão-Pará was profoundly impacted by the activities of the General Commerce Company, which intensified the introduction of enslaved Africans and reorganized trade routes in the Amazon region. This work analyzes the enslaved population between 1774 and 1776, observing the demographic characteristics of the different parishes. The research identifies not only the growth of the African contingent but also the inequality in its internal distribution, linked to local economic dynamics and the greater integration of certain areas into trade. The analysis is based on population maps from the period and official documents held by the Overseas Historical Archive.

Keywords: African slavery; Colonial Amazon; Demography.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da população escravizada nas freguesias do Grão-Pará do ano de 1775.....13

Quadro 2 – Distribuição da população escravizada nas freguesias do Grão-Pará do ano de 1776.....15

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará: mapas de população e a presença negra na Amazônia.....	12
3	Composição por sexo e faixa etária da população escravizada (1774-1776)	18
4	Movimentação populacional: entre natalidades, mortalidades, acréscimos e retirantes da população escravizada.....	21
5	Considerações finais.....	22

INTRODUÇÃO

Em 1750, a assinatura do Tratado de Madri redefiniu as fronteiras da América portuguesa e trouxe nova atenção estratégica para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nesse contexto, o poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello (o futuro Marquês de Pombal), nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador, encarregado de reorganizar as finanças, as relações de trabalho e a defesa dessa porção do império.

Segundo André Augusto da Fonseca, entre 1751 e 1759 ocorreu um conjunto de reformas que buscavam remodelar profundamente a realidade social, cultural, política e econômica da região. Essas medidas incluíram leis que puseram fim ao poder dos missionários sobre a população indígena, proibiram diferentes formas de cativeiro da população indígena na América portuguesa e incentivaram o casamento entre portugueses e indígenas. No mesmo movimento, foi criada uma companhia privilegiada de comércio para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, visando dinamizar as economias da região amazônica e integrá-la mais diretamente ao comércio ultramarino.

A preocupação com o declínio populacional e a necessidade de mudanças não eram novas. Como lembra Fonseca, essas questões já estavam presentes no reinado de D. João V e continuariam sendo debatidas nas décadas seguintes, inclusive durante o governo de D. Maria I (FONSECA, 2017, p. 440).

Se o objetivo oficial era transformar a demografia e a economia — por meio do aumento da população colonizadora, da reorganização dos povos indígenas em aldeamentos controlados e da inserção da produção local nos circuitos do comércio atlântico —, o efeito inicial foi o oposto. De acordo com Maria Regina Celestino¹, as reformas acirraram as tensões entre os interesses indígenas e coloniais, resultando na formação de povoações artificiais, sem condições de autossustento, o que evidenciou a desorganização provocada pelas mudanças. Ao mesmo tempo, a região sofreu com epidemias que agravaram o quadro populacional.

Nesse cenário, além das políticas de controle populacional, como os *descimentos*, a região enfrentou o impacto devastador de epidemias. Fonseca ressalta que doenças

¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

como a varíola tiveram um efeito muito mais letal entre os indígenas, cuja imunidade era inexistente. Enquanto na Europa a doença atingia principalmente crianças, entre os ameríndios afetava todas as idades.²

No século XVIII, surtos de varíola chegaram a várias partes da Amazônia. Indígenas capturados nas regiões do Japurá, Içá e Alto Rio Negro, especialmente na década de 1740, chegaram a Belém já com sinais da doença. Segundo memórias do militar Teodósio Constantino de Chermont, citadas por Fonseca, apenas no Pará e áreas vizinhas foram registradas cerca de 15 mil mortes. As expedições de resgate, intensificadas após a guerra contra os Manau, acabavam transportando a varíola e o sarampo para o interior e, posteriormente, levando as epidemias de volta à capital, atingindo principalmente os cativos³ indígenas e, em menor escala, os mamelucos.

Apesar disso, Fonseca identifica que, após epidemias catastróficas ocorridas antes de 1750, a letalidade dessas doenças diminuiu gradualmente, à medida que parte da população adquiriu imunidade. A partir de então, houve um crescimento demográfico mais estável, com a natalidade superando a mortalidade.⁴

Nesse contexto, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, concebida em 1755 como parte central da política pombalina, passou a deter o monopólio das atividades comerciais na região amazônica. Cabia-lhe não apenas a circulação de mercadorias, o abastecimento local e o escoamento da produção agrícola, mas também a integração da economia local às rotas do comércio ultramarino. Embora não fosse uma companhia estatal, seu funcionamento dependia diretamente do apoio e da proteção da Coroa portuguesa, que via nessas empresas um instrumento estratégico para implementar reformas econômicas e administrativas nas colônias. Entre os objetivos centrais, destacava-se o incremento do comércio regional por meio de uma rede que ligava o Estado do Grão-Pará e Maranhão a portos africanos fornecedores de escravizados, fomentando a introdução sistemática da escravização africana⁵ — especialmente, após as restrições impostas ao uso da mão de obra indígena.

² FONSECA, André Augusto da. Os mapas da população no Estado do Grão Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos de População*, REBEP, v. 34, p. 442, 2017.

³ *Ibidem*, p. 439, 2017.

⁴ *Ibidem*, p. 444, 2017

⁵ Frederik Luiz Andrade de Matos, *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755–1778)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, p. 134.

A implementação desse projeto, contudo, não ocorreu sem resistências e tensões, sobretudo diante das mudanças impostas pela legislação régia sobre o trabalho indígena. Esse debate ganhou força durante as discussões em torno da Bula Papal de 1757, que visava “desterrar de todo o injusto cativo” esses sujeitos, culminando na Lei de Liberdade Geral do Índio. Segundo o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sua publicação deveria ocorrer no momento oportuno, de modo que os moradores fossem previamente convencidos e adaptados a um sistema que passaria a depender do uso de cativos africanos.

A criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, portanto, se deu em um período marcado por confrontos acerca da inserção e utilização do trabalho escravo africano na Amazônia.⁶ Esse embate resultou em um manifesto que buscava justificar a escravidão, conforme cita Antônio Otaviano Vieira Junior:

Conjugando interpretações dos escritos filosóficos católicos do frei Sabino Bononiense e dos Salmatienses, o manifesto buscava legitimar a escravidão, tanto de índios quanto de africanos e ressaltar que o “resgate” era um meio válido para o cativo indígena, pois salvar os prisioneiros de guerra de seus algozes é salvar-lhes a vida, o que seria mais importante do que a liberdade. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 718)

O manifesto também buscou mostrar as dificuldades da utilização de africanos escravizados no Grão-Pará, apontando a pobreza dos moradores e o alto preço dos cativos, além da desqualificação da mão de obra africana, considerando que o trabalho na região era muito específico “além de não serem capazes de prover a mesa dos colonos, os africanos ainda teriam que ser alimentados”⁷. O manifesto reforçava, assim, a imagem de um sujeito indígena conhecedor da mata e dos rios, e o africano, por outro lado, era inapto para trabalhar na região, por não ter habilidades e conhecimentos das realidades locais. Diante disso, destaca o autor:

Na contramão das diretrizes josefinas, o manifesto não propõe o fim da escravidão indígena. Pelo contrário, avança no sentido de reivindicar uma melhor regulação da compra desses escravos, em especial, com o fim do controle das aldeias pelos missionários. Sugere o financiamento das Tropas de Resgate pelos moradores mais abastados e, ainda, que os índios capturados por Tropas custeadas pela fazenda real pudessem ser distribuídos entre os moradores mais pobres. O manifesto fazia sugestões para tornar mais acessíveis os braços escravos “tapuyas”. Concomitantemente, destacava os moradores mais “pobres” como mais necessitados de subsídios para aquisição

⁶ Arquivo Nacional de Portugal/ Torre do Tombo (ANTT), Fundo Ministério do Reino, Mç. 598, doc. 55.

⁶ VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. A Necessidade Carece de Ley: valorização da mão-de-obra indígena e africana no Grão-Pará (1748-1778). Topoi (Online): **Revista de História**, v. 20, p. 704-728, 2019.

⁷ *Ibidem*, p. 719

dessa mão de obra, criando uma prioridade na distribuição da escravidão indígena. (p. 720)

Esse posicionamento iria de encontro com o outro lado do Atlântico em Lisboa, tendo em vista que a Instrução Real enviada a Mendonça Furtado era clara no sentido de ressaltar a necessidade, e persuadir os moradores, em relação ao uso da mão de obra africana. A estratégia de persuasão da Coroa foi a inserção de cativos africanos Grão-Pará de forma regular, onde a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão desempenharia um papel central⁸.

O conjunto dessas medidas inseria-se no projeto pombalino (1750–1778), que, além de promover o fim formal da escravidão indígena, retirava o poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos e expulsava os jesuítas, compondo um esforço de reorganização econômica, política e social. Nesse cenário, a contagem da população se fez presente tornando-se uma ferramenta estratégica.

A introdução dos censos no Império português entre 1773 esteve profundamente ligada à adoção de uma nova lógica administrativa inspirada pelo Iluminismo europeu e pela Aritmética Política. Nesse período, o governo português passou a entender que o poder estatal não poderia mais depender apenas de autoridades locais e informações dispersas, mas precisava de dados sistemáticos e precisos sobre a população e os recursos disponíveis⁹. Segundo Pedro Tavares Matos (2013), a implementação desses censos representou uma mudança de paradigma, com práticas sistemáticas de coleta de dados que permitiam não apenas o controle fiscal e militar, mas também o planejamento econômico e administrativo de maneira integrada. Influenciada pelas ideias iluministas, essa abordagem consolidou esses registros populacionais como instrumentos estratégicos essenciais para a administração das colônias, oferecendo à Coroa portuguesa meios para conhecer, calcular e administrar seus súditos e riquezas de forma mais racional e eficiente.

No caso específico da Amazônia, Márcia Mello¹⁰ mostra que, entre 1774 e 1821, os mapas populacionais do Estado do Grão-Pará e Maranhão foram produzidos com base em ordens régias que padronizaram a coleta de dados sobre livres, cativos e indígenas, além de eventos como batismos e óbitos. No entanto, apesar da mudança estrutural no

⁸ VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 721

⁹ MATOS, Paulo Teodoro de. (2013). Population censuses in the Portuguese Empire, 1750–1820: Research notes. **Romanian Journal of Population Studies**, 7(1), 5–26. Disponível em https://www.academia.edu/92982125/Population_Censuses_in_the_Portuguese_Empire_1750_1820_Research_Notes

¹⁰ MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774–1821. **Anais de História de Além-Mar**, 2019 20(1), 123–151. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/aham/article/view/36682>

modelo de governo português, a autora ressalta que essas contagens enfrentaram enormes dificuldades como a vastidão do território, a dispersão das populações e a resistência das comunidades indígenas para aplicar essas políticas censitárias, em uma região periférica e de difícil acesso como a Amazônia colonial. Conforme analisa Antônio Otaviano Vieira Júnior, a reconfiguração do trabalho no Estado do Grão-Pará e Maranhão deve ser compreendida dentro de uma lógica estrutural de oferta e demanda de força de trabalho. As restrições impostas ao cativo indígena, associadas ao alto custo dos africanos e às dificuldades de adaptação desses últimos ao ambiente amazônico, criaram uma economia caracterizada pela escassez e pela heterogeneidade das formas de escravidão. Vieira Júnior observa que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão atuou como elemento mediador desse desequilíbrio, articulando interesses da Coroa e dos colonos locais, ao mesmo tempo em que reforçava o caráter seletivo e hierarquizado do acesso à mão de obra. Assim, a estrutura populacional observada nos Mapas de População de 1774 a 1776 não representa apenas variações demográficas, mas reflete o resultado de um sistema econômico sustentado por políticas de controle e redistribuição da força de trabalho escravizada, integrando a economia amazônica aos circuitos atlânticos de produção e comércio¹¹.

Nesse contexto de reestruturação administrativa e econômica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, destacam-se os esforços pioneiros para criar sistemas nacionais de estatísticas populacionais que incluíram a Amazônia colonial. Essas iniciativas, inspiradas nos modelos europeus, tinham como objetivo gerar um conjunto documental sequenciado e rico em dados sobre a população local. Foi nesse cenário que se elaboraram os Mapas de População (1774-1776) e o Mapa de Família (1778), registros fundamentais para compreender a diversidade social e demográfica da região, levando em conta as diferentes etnias e condições jurídicas. Depositados no Arquivo Histórico Ultramarino e digitalizados pelo Projeto Resgate, esses documentos constituem a base inicial da presente pesquisa, permitindo análises quantitativas e detalhadas capazes de evidenciar a existência de uma população já diversificada, com distintas posses domiciliares. É relevante destacar que o processo de registro populacional evoluiu ao longo do tempo, inicialmente negligenciando os menores de comunhão e os escravizados. Apesar das diversas diligências régias, apenas a partir de 1772 iniciou-se uma série contínua de róis

¹¹ VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *A necessidade carece de ley: valorização da mão-de-obra indígena e africana no Grão-Pará (1748–1778)*. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 704–728, 2019.

— listas nominativas da população organizadas pelas autoridades militares — que passaram a enumerar os habitantes por domicílio, incluindo informações sobre relações familiares, idades e patrimônio, este último abrangendo também os escravizados

Como exemplo, com a utilização do Mapa de Famílias (1778), além da compreensão da distribuição populacional é possível mostrar também uma Amazônia composta por sujeitos de diferentes etnias e condições jurídicas. Antes disso, no Império português, essa contagem era feita, segundo Paulo Matos, a partir dos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) e listagens de recrutamento, posteriormente, surgiram os róis que tinham como finalidade reforçar o controle fiscal e da propriedade, contudo, não tinham periodicidade e eram feitos de forma imprecisa, restritos a áreas geográficas limitadas. Ainda segundo o autor, foi apenas no governo de Pombal que houve a mudança de paradigma, conforme cita:

A mudança de paradigma na elaboração dos censos viria a ocorrer durante o período de governação do Marquês de Pombal (1750-1777), quando se procurou melhorar e expandir a produção e recolha de informação quantitativa da população. A contagem da população assumia-se, assim, como parte integrante do processo de gestão do território, convertendo-se os “mapas estatísticos” em instrumentos burocráticos, políticos e fiscais de grande alcance. A partir da década de 1770, a Coroa portuguesa viria a tornar obrigatória a produção de estatísticas anuais sobre a população e os seus movimentos, iniciando, assim, a compilação de tabelas da população sobre o império a partir de parâmetros comuns. (MATOS, 2017, p. 637)

Embora os registros fossem coletados no nível das freguesias, esses documentos capturaram particularidades locais, como a classificação étnica dos habitantes. Apesar das incongruências e dificuldades enfrentadas, especialmente pela vastidão do território e dispersão populacional na Amazônia, tais dados são de suma importância para a demografia e história social da região. Assim, esses mapas e róis representam não apenas um avanço metodológico na administração colonial, mas também uma fonte valiosa para compreender a composição social, as relações de poder e as dinâmicas populacionais que marcaram o Estado do Grão-Pará e Maranhão na segunda metade do século XVIII.

A compreensão desse contexto de reformas e de aprimoramento dos registros populacionais é fundamental para a presente pesquisa, pois oferece as bases documentais e administrativas que sustentam a análise aqui proposta. É nesse quadro que se insere o objetivo deste estudo. Nas últimas décadas, o interesse por compreender as particularidades da escravidão na região Norte tem crescido, revelando dinâmicas locais que desafiam os modelos tradicionais de análise do regime escravista no Brasil colonial. Inserido nesse contexto, este trabalho busca contribuir para o aprofundamento dos estudos

sobre a composição demográfica da população escravizada nas freguesias do Grão-Pará durante a segunda metade do século XVIII. A escolha desse recorte temporal e espacial justifica-se pela disponibilidade e riqueza documental de fontes primárias, como mapas populacionais, cartas e registros oficiais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que possibilitam uma análise comparativa entre diferentes localidades. Além disso, essa escolha foi impulsionada pela trajetória acadêmica, especialmente pela participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), onde foi realizado o primeiro contato com essas fontes primárias, revelando o grande potencial que elas oferecem para novas pesquisas e aprofundamentos.

A principal questão que norteia a pesquisa é: quais diferenças existiam na composição demográfica dos escravizados no Grão-Pará entre 1774 e 1776 e como identificá-las? Em particular, busca-se compreender a desigualdade na distribuição interna desses grupos entre as diferentes freguesias, com ênfase nas freguesias do interior do Estado do Grão-Pará, observando como fatores econômicos e a integração ao comércio influenciavam essa alocação. O objetivo geral é analisar a composição demográfica dos escravizados, considerando padrões de distribuição por faixa etária, sexo e fluxos populacionais, à luz das desigualdades regionais identificadas. Para tanto, propõe-se investigar fatores que expliquem variações ou ausências de determinados grupos em algumas freguesias, relacionando os dados quantitativos ao contexto político, econômico e social da época, além de elaborar quadros populacionais comparativos entre as localidades para observar as dinâmicas ao longo do tempo. Dessa forma, esta pesquisa visa contribuir para o debate historiográfico sobre população em uma perspectiva histórica, inspirando-se nos estudos do Cambridge Group.¹²

A relevância do estudo reside na possibilidade de compreender de forma mais detalhada as dinâmicas internas da escravidão no Grão-Pará, superando visões homogêneas e evidenciando a diversidade das experiências no cativo amazônico. Metodologicamente, a análise baseia-se em mapas populacionais produzidos entre 1774 e 1776, preservados no Arquivo Histórico Ultramarino, que são interpretados à luz da bibliografia especializada. Os dados foram tabulados e comparados, permitindo uma leitura quantitativa e interpretativa das diferenças internas entre os grupos estudados. Essa abordagem dialoga com a historiografia recente sobre a escravidão na Amazônia, que será

¹² SCOTT, Ana Silvia Volpi. A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. **Revista Estudos Amazônicos**. Vol, IX, n,1, 2013.

examinada de forma mais detalhada na seção seguinte que será apresentada a revisão bibliográfica e o referencial teórico que fundamentam esta investigação.

A Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará: mapas de população e a presença negra na Amazônia.

A documentação do Mapa de População, embora se detenha ao período de 1773 a 1776, nos permite traçar um panorama geral da capitania e estabelecer tendências na dinâmica populacional, incluindo índices de crescimentos ou declínios populacionais por localidade. Além dessas informações, as documentações trazem também dados sobre a população dividida por sexo, população dividida por origem/condição (livre, índio aldeado e escravo negro) – todos divididos por faixa etária. Na Amazônia, os trabalhos que discutiram a escravidão negra e seus desdobramentos, segundo Daniel Barroso, por um grande período representaram uma “zona de opacidade”, em comparação ao restante do Brasil¹³. Diante disso, esta pesquisa busca contribuir com uma historiografia que tem se preocupado com o processo de escravagista de regiões amazônicas, bem como superar o silêncio que segundo Patrícia Sampaio insiste em apagar as memórias, histórias e trajetórias da população escravizada¹⁴. A vida íntima nas “senzalas” permaneceu constante até a década de 1870, onde “constatavam-se, em todo o período, sombrias cenas de promiscuidade sexual, uniões conjugais instáveis, filhos crescendo sem a presença paterna”¹⁵.

Ainda segundo Patrícia Sampaio, no quadro teórico da historiografia brasileira, a escravidão negra na Amazônia ficava em segunda instância, considerando que a presença desses sujeitos era dada de forma reduzida e limitada¹⁶. A discussão se baseava na ideia de que a força de trabalho das antigas capitanias e província do Grão-Pará extrativista era, em sua base, indígena e, em momento posterior, suportada pela mão de obra de retirantes nordestinos; aspecto que encobriu outras formas de trabalho, deixando-as em segundo plano, e negligenciando sua importância na dinâmica da economia e populacional

¹³ BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v. 50, p. 93-128, 2014.

¹⁴ SAMPAIO, Patricia Melo. O fim do silêncio. **Presença negra na Amazônia**. Belém: Editora AÇAÍ/CNPq, p. 298, 2011.

¹⁵ SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

¹⁶ SAMPAIO, P. M. *loc. cit.*

amazônica¹⁷. Na tentativa de reconstruir a emergência desses novos sujeitos e destacar sua presença na sociedade paraense, a autora aponta que:

A presença de africanos no Grão-Pará ativa e coloca em movimento questões muito mais amplas que não podem ter suas dimensões avaliadas apenas em função do número de escravos disponíveis, porque, o que está em jogo, é a própria montagem e reiteração de uma sociedade escravista cuja lógica de reprodução não se limita ao número de homens disponíveis nos plantéis, mas antes se traduz na reiteração de relações de subordinação e poder que dão vida ao próprio sistema. Isso, sem dúvida, é uma realidade importante que deve ser adequadamente considerada (SAMPAIO, 2011, p. 17).

A presença dos sujeitos escravizados não deve ser lida apenas por números, ainda que esses sejam essenciais para demonstrar a presença desses agentes na Amazônia. Nesse sentido, estudos mais recentes mostram que os cativos foram atores em diferentes processos históricos, em Belém não foi diferente¹⁸. Dessa maneira, é uma fase do conhecimento historiográfico que não é mais um problema, sabe-se que as relações familiares entre os cativos existiram, poucos são os historiadores que duvidam da importância dessas relações na vida dos escravizados, conforme sublinham Manolo Florentino e José Roberto Góes¹⁹.

O recolhimento desses dados, especialmente dos escravizados, potencializa os estudos da presença negra na Amazônia dentro do recorte aqui apresentado, levando em consideração que ela não deve ser lida ou entendida apenas por Algarismos, visto que estudos mais recentes comprovam que os cativos foram atores em diferentes processos históricos e em Belém não foi diferente²⁰. Essa presença pode ser observada a partir dos ofícios do Arquivo Histórico Ultramarino, na qual nos mostra a entrada de grande quantitativo de africanos escravizados na segunda metade do século XVIII, como podemos observar em um ofício do ano de 19 de abril de 1765:

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendoça Furtado, anunciando a chegada do navio “Nossa Senhora do Cabo”, proveniente de Angola, transportando 700 [escravos] pretos pela Companhia Geral de

¹⁷ BARROSO, 2014.

¹⁸ PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: UFPA, 2011.

¹⁹ Ao estudarem a família escrava no Rio de Janeiro entre 1790-1850, os autores concluíram que esse desconhecimento das famílias escravas ocorria porque eram tidas como economicamente inviáveis.

²⁰ PALHA, 2011.

Comércio do Grão-Pará e Maranhão dos quais 35 faleceram na viagem e 635 vendidos naquele Estado²¹.

O que chama atenção é que, mesmo com os percalços da viagem e os óbitos a bordo, a entrada de escravizados era considerável, especialmente porque o trabalho escravo, advindos do tráfico, era visto como essencial para a manutenção da mão de obra que estava em carência, e isso caberia a fazenda Real, como podemos ver no ofício de 7 de abril de 1773:

Ofício do [governador e capitão general do estado do Pará e rio negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e ultramar], Martinho de melo e castro, sobre as representações do ex-governador e capitão general do estado do maranhão e Pará, Manuel Bernardo de Melo de Castro, quanto à ruína das povoações do índios e propondo como remédio para evitar a carência de mão-de-obra o fornecimento de [escravos] negros, por conta da fazenda real, poupando-se assim os índios para o aumento das suas nações e para o comércio do sertão e suas aplicações, para as quais são absolutamente necessários; a necessidade de se atender a essas propostas, pelos graves prejuízos econômicos e sociais para a fazenda real e para as mesmas obras da ribeira da cidade do Pará, da fortaleza de [são José do] Macapá, da vila nova de mazagão e mais serviços reais a prestar naquela capitania, e tendo em atenção os abusos praticados por alguns moradores e senhores de escravos; e a continuação das expedições na capitania do mato grosso²².

A administração pombalina deixou marcas da consolidação do domínio português no extremo norte e na modernização de Belém, capital do Grão-Pará. O reinado de D. José I está destinado a concluir, por ação eficiente de seu ministro, o trabalho de integração da Amazônia no espaço político do império português na América. Ele também promoveu profundas transformações sociais e econômicas. A importação do africano escravizado se tornou regular, mediante o monopólio do tráfico dado à Companhia Geral de Comércio, como podemos nos ofícios citados anteriormente. A imigração portuguesa, principalmente de famílias açorianas, mais constante, habitantes do Mazagão africano se transportaram para o Mazagão amazônico. A mestiçagem foi estimulada, em especial com os indígenas. Belém, sede do governo, tornou-se uma das principais cidades do império lusitano²³. Como bem explicita Mônica da Silva Ribeiro:

²¹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Capitania do Pará. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e Sousa Coutinho, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 19 abr. 1765. Cx. 65, doc. 2023.

²² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Capitania do Pará. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 7 abr. 1773. Cx. 70, doc. 5993.

²³ DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo; condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro; José Olympio; Brasília, DF; Edund, 1993.

As transformações político-administrativas desencadeadas no Império português, no século XVIII, especialmente a partir dos anos 1750, trouxeram modificações importantes na prática governativa, tanto no Reino quanto nas suas colônias e conquistas. Nesse processo, a atuação do ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, no que dizia respeito às principais questões da América portuguesa, funciona como um importante exemplo das mudanças que vinham sendo realizadas. (RIBEIRO, 2016, p. 59).

Segundo a autora, algumas das características implementadas por Pombal, como forma de preocupação com uma racionalidade administrativa, foi pautada em um melhor controle econômico, e num desenvolvimento literário e intelectual com intuito de fortalecer a ideia de uma “razão de Estado”²⁴. Diante disso, o monopólio do tráfico pela Companhia acarretou a introdução de mão de obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo em vista que essa era uma das razões principais da existência da Companhia.

Em complemento a essa perspectiva política e administrativa, Bárbara da Fonseca Palha amplia a compreensão dos efeitos dessas transformações ao evidenciar como, no cotidiano amazônico, tais mudanças também se manifestaram nas relações sociais e étnicas. Demonstrando que a mestiçagem, longe de ser apenas um resultado biológico ou uma política de povoamento, configurava-se como um mecanismo de integração e sobrevivência, articulando africanos, indígenas e descendentes em novas formas de convivência e hierarquia social. E em suma, revelando que o projeto pombalino de reorganização da Amazônia, ao mesmo tempo em que centralizava o poder e o comércio, consolidava também práticas locais de mestiçagem que moldaram a estrutura social de Belém e das freguesias vizinhas²⁵.

O tráfico de escravizados seria encarado pela empresa pombalina como negócio vital, porquanto, suspensa a liberdade dos indígenas, seriam os negros africanos que cultivariam os gêneros tropicais que os navios da sociedade mercantil haviam de transportar de São Luís e de Belém para Lisboa. Em Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, observava-se uma alta concentração de escravizados africanos, o que evidencia seu papel central no recebimento e redistribuição dessa mão de obra na região²⁶.

²⁴ RIBEIRO, Mônica da Silva. A atuação pombalina na América portuguesa: impactos e transformações na segunda metade dos Setecentos. **Revista Maracanan**, v. 15, 2016, p. 59

²⁵ PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

²⁶ Dados extraídos do Mapa de população da Capitania do Estado do Grão-Pará, 1774. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Cód. 013, cx. 74, doc. 6256. Disponível em:

Com a missão de estruturar quadros comparativos para um viés comparativo das freguesias - Ourém, Bragança, Cametá, Macapá, Soure, Oeiras e Vila Vistosa - foram dedicados curtos períodos para a contagem e recontagem da quantidade de escravizados mantidos em cada freguesia, a criação de tabelas individuais e, logo depois, a junção de todas as freguesias escravistas em somente uma tabela, com apuramento quantitativo populacional em cada freguesia, análise da faixa etária e identificação desses sujeitos.

Dessa forma, conseguimos ressaltar o papel ativo e de integração que tiveram as freguesias na composição demográfica do Estado do Grão-Pará e em diversos setores ao longo dos séculos; considerando as diferentes características apresentada para cada povoamento estudado, uns com maior composição populacional, outros com menos.

A escolha das freguesias de Macapá, Cametá e Bragança se fundamenta na observação de elementos comuns que caracterizam seus processos de formação e inserção no contexto do Estado do Grão-Pará e Maranhão durante o século XVIII. Macapá foi fundada em posição estratégica para o controle da navegação na foz amazônica. A partir de 1757, com a retirada dos missionários, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão impulsionou a ocupação regional por meio da concessão de sesmarias e construção de fortes, promovendo o surgimento de núcleos urbanos, como Cametá, com funções comerciais e político-administrativas²⁷. Já Cametá, assim como Bragança, foi fundada no contexto da ocupação de pontos estratégicos no território amazônico. À época, a ocupação da Amazônia restringia-se à foz do rio Amazonas e a quatro núcleos isolados: Belém, Bragança, Cametá e Gurupá. Essas localidades eram responsáveis pelo controle dos principais pontos de acesso à foz do rio.

Com a intervenção pombalina, iniciou-se a formação de uma rede embrionária de cidades articuladas pelos grandes rios da região, marcando o início da penetração colonial no interior do território amazônico²⁸. Em todas elas, observa-se a presença significativa de africanos escravizados, cujo a mão de obra foi empregada tanto em atividades urbanas quanto rurais, como a construção de fortificações (no caso de Macapá), agricultura, pesca

[https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&pagfis=45885]. Acesso em: 1 set. 2025.

²⁷ TOSTES, José Alberto; TAVARES, Ana Paula Cunha. Cidade e história na Amazônia: Fortaleza de São José de Macapá – da gênese ao simbolismo do patrimônio. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ)**, 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPARQ, 2014. p. 1–11.

²⁸ MIRANDA, Elis. Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia. **Comunicação apresentada no Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.], p. 4.

e extração de recursos naturais. Somando a análise das demais freguesias (Ourém, Soure, Oeiras e Vila Vistosa), este estudo permite compreender como a escravidão africana se articulava a dinâmicas locais específicas, ao mesmo tempo em que revela padrões maiores ou menores de dependência da mão de obra cativa no processo de colonização amazônica.

Os colonos desenvolveram várias iniciativas para a ocupação do território, ainda que os escravizados africanos fossem escassos e a escravidão indígena apresentasse riscos de confrontos com traficantes e perseguição do governo português. Nesse contexto, os algarismos dos Mapas de População são sugestivos²⁹ ao apresentar dados que podem responder às diferenças existentes na composição demográfica dos escravizados — em termos de idade, sexo e mobilidade entre freguesias. Em conformidade com essas iniciativas, selecionamos as freguesias que apresentam variações relevantes na sua composição populacional, separadas por sexo e faixa etária dos escravizados, conforme podemos ver no quadro a seguir.

Composição por sexo e faixa etária da população escravizada (1774-1776)

Após a contextualização inicial acerca do processo de introdução e desdobramentos da população africana escravizada nas freguesias do Grão-Pará, esta seção busca aprofundar a análise a partir dos primeiros fatores capazes de explicar a distribuição dessa população, com base nos dados extraídos das fontes documentais principais deste estudo. Para isso, apresenta-se os quadros a seguir, que organiza quantitativamente os indivíduos escravizados conforme o gênero (masculino e feminino) e os intervalos etários estabelecidos pelas próprias documentações da época.

Os quadros a seguir têm como objetivo oferecer uma visualização clara das diferenças demográficas que marcaram essa população entre os anos de 1774-1776. Ao organizarmos os dados dessa forma, é possível identificar padrões relevantes sobre a estrutura dessa população, como possíveis desequilíbrios entre o número de homens e mulheres, ou a predominância de determinadas faixas etárias — aspectos que, quando analisados em conjunto, podem justificar sobre a lógica da distribuição interna dos cativos, os tipos de mão de obra demandada em determinadas freguesias ou mesmo os impactos de deslocamentos forçados no interior da colônia.

²⁹ GOMES, Flávio dos Santos; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Reconfigurações Coloniais: Tráfico de Indígenas, Fugitivos e Fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII). **Revista de História (USP)**, São Paulo, n.149, 2004, p. 73

A análise que se segue busca justamente interpretar essas variações, conectando os dados quantitativos às dinâmicas sociais, econômicas e políticas do período. Mais do que números, os dados aqui reunidos revelam aspectos da trajetória forçada da população escravizada, das estratégias coloniais de exploração e do papel que desempenhavam no contexto da escravidão amazônica do século XVIII. Para que essa interpretação seja mais precisa, inicialmente, foram selecionadas as freguesias de Macapá e Cametá, por apresentarem números expressivos de escravizados e, ao mesmo tempo, diferenças significativas na composição etária e de gênero, permitindo estabelecer um parâmetro comparativo dessas características.

Quadro 1 – Mapa de população de 1775

	Povoações de Brancos	Povoações de Brancos	Povoações de Brancos	Povoações de Brancos	Povoações Índios	Povoações Índios	Povoações de Brancos
Faixa Etária de Escravos Homens	Ourém	Bragança	Cametá	Macapá	Soure	Oeiras	Vila Vistosa
0-7	27	10	105	14	1	12	18
07 15	12	7	84	15	0	5	10
15 - 60	68	25	479	216	27	50	37
60 - 90	1	1	18	4	1	1	2
90+	0	0	0	0	0	0	0
Total	108	43	686	249	29	68	67
Faixa Etária de Escravos Mulheres	Ourém	Bragança	Cametá	Macapá	Soure	Oeiras	Vila Vistosa
0-7	23	13	120	26	1	13	15
07 15	3	1	63	6	2	5	5
15-60	60	26	307	65	4	34	32
60-90	2	2	42	2	1	1	5
90+	0	0	0	0	0	0	0
Total	88	42	532	99	8	53	57

Fonte: Adaptado pela autora a partir de ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU),

ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6252.

De acordo com o quadro acima, podemos observar que a população masculina de escravizados de Macapá era de 249 em 1775, esse número era menor em 1774³⁰ onde a localidade possuía 225 homens escravizados. Se compararmos com outras freguesias de maior composição populacional, talvez esse número seja pequeno, mas não irrelevante, pois de um ano para o outro o crescimento foi de 10,67% da população. Em relação as mulheres, tivemos um crescimento de 12,5% da população ao analisarmos que no primeiro ano (1774) somam um total de 88 escravizadas e no ano seguinte (1775) o aumento chegou em 99 mulheres, variações importantes para pensar a História da População dessas freguesias, pois mostram as proporções de mulheres para os homens e ainda questões etárias desses escravizados.

Ainda sobre freguesias com um contingente populacional bastante elevado para esse contexto, Cametá possui no Mapa de População de 1775 um total de 686 homens escravizados e 532 escravizadas. Sendo que 479 dos escravos homens tinham entre 15 e 60 anos e 307 mulheres para essa mesma faixa etária. Se considerarmos a perspectiva apresentada por Kátia Mattoso³¹, ainda que para o início do século XIX, em que um escravo era considerado adulto quando alcançava em média 13/14 anos, podemos concluir que a população cativa de Cametá era nova, pois, ao somarmos o quantitativo de homens e mulheres que tinham entre 0-15 anos temos um resultado de 189 homens que poderiam ser considerados novos, ou seja, 27,6% dos homens. Em relação as mulheres, temos 183 dentro dessa faixa de idade, em percentagens, chegamos a 34,4%, um quantitativo bem mais sugestivo em relação aos homens. Indo um pouco mais além, podemos concluir que a população escravizada da freguesia de Cametá que tinha entre 0-15 anos, sem a diferenciação por gênero, era consideravelmente nova, chegando a 62% se somarmos as percentagens dos dois grupos.

Essa conclusão se reforça ao analisarmos, em paralelo, os dados da freguesia de Macapá, em que temos 249 homens e 99 mulheres, sendo que 29 homens e 32 mulheres se encontram no intervalo de 0-15 anos, chegando em termos de percentagem em 11,6% para os homens em relação ao total e 32,3% para as mulheres. Ainda que o quantitativo de mulheres seja um valor considerável para Macapá, inclusive próximo ao de Cametá, a

³⁰ Dados extraídos do Mapa de População de 1774, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Códice: ACL_CU_013, Cx. 72, D. 6100. P.11

³¹ MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 42, 1988.

discrepância é considerável ao nos debruçarmos sobre os valores brutos de 183 mulheres para a primeira freguesia e 32 para a segunda. Aspecto esse que permite confirmar que a composição populacional da freguesia de Cameté era majoritariamente formada por escravizados, sobretudo, uma população cativa jovem, característica esta que permite abrir um leque de perguntas em relação ao fluxo e as formas de utilização da mão de obra dessa população analisada. Além da comparação com a freguesia de Macapá, outro fator que pode ajudar a compreender e a presença majoritária de crianças e adolescentes em Cameté se dá pelo perfil do abastecimento de mão de obra na região. A distância dos grandes portos negreiros e o elevado custo do transporte reduziam a frequência da chegada de africanos recém-desembarcados, levando os senhores a dependerem mais da reprodução interna da população cativa. Com isso, aumentava o número de indivíduos nascidos na própria freguesia, elevando a proporção de jovens. Essa interpretação se fortalece quando observamos os dados de acréscimo — referentes a nascimentos e recém-chegadas — fornecidos pelo mapa do mesmo ano. A maior parte desse crescimento ocorreu pela natalidade, com 50 nascimentos registrados apenas naquele ano, enquanto os recém-chegados somaram apenas 15 indivíduos. Esse contraste evidencia que a renovação da população escravizada em Cameté estava sustentada, sobretudo, pela reprodução interna, e não apenas pela chegada de novos cativos.

Ao observarmos a população feminina de Cameté, na faixa etária de 15-60 anos, temos um contingente de 57,7% da população total. Esse contingente mais elevado de mulheres em idade fértil em Cameté ajuda a explicar a alta taxa de natalidade registrada no Mapa de população de 1775, reforçando a ideia de que a manutenção da força de trabalho se dava, em grande parte, por meio da reprodução interna. Tal estratégia era essencial em um contexto de alta demanda por mão de obra, uma vez que Cameté se consolidava como a principal zona produtora de farinha do Vale do Tocantins, com destaque também para a produção de cacau, que dominava os sistemas agrícolas locais³². A intensidade dessa atividade econômica explica tanto o crescimento da população escravizada ao longo do século XVIII quanto a necessidade de garantir sua continuidade por vias reprodutivas, especialmente diante das oscilações do tráfico e das quedas nos preços do cacau ao final do período. A comparação com outras freguesias ajuda a

³² ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação*. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 18, ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10997>. Acesso em: 02 set. 2025, p. 247.

evidenciar essa particularidade: em Macapá, por exemplo, a porcentagem de mulheres entre 15 e 60 anos era ainda maior, 65,6%. No entanto, essa porcentagem mais alta deve ser relativizada, já que Macapá possuía uma população escravizada numericamente inferior à de Cametá, o que reduzia o impacto efetivo da reprodução interna como mecanismo de renovação da força de trabalho. Assim, é em Cametá que a combinação entre contingente populacional elevado e proporção significativa de mulheres em idade fértil revela uma estratégia econômica de sustentação da mão de obra escravizada por meio da natalidade.

A compreensão da dinâmica da escravidão no Grão-Pará exige não apenas o exame quantitativo da população cativa, mas também uma análise atenta de sua distribuição etária e de gênero em diferentes freguesias. Como destacado anteriormente, esses dados revelam padrões demográficos fundamentais para entender diferentes perspectivas com relação aos escravizados, como a predominância de jovens, a presença de mulheres em idade fértil e a proporção de idosos. Esses elementos são essenciais para interpretar tanto as estratégias de utilização da força de trabalho quanto as possibilidades de reprodução interna da população cativa.

No que se segue, a análise se volta para o ano de 1776, com foco nas freguesias de Macapá, Bragança e Ourém. A comparação entre essas localidades permite evidenciar diferenças significativas na composição demográfica da população escravizada e nas formas como a mão de obra era estruturada em cada contexto.

Quadro 2 – Mapa de população de 1776

	Povoações de Brancos	Povoações de Brancos	Povoações de Brancos	Povoações de Brancos	Povoações de Índios	Povoações de Índios	Povoações de Índios
Taxa Etária dos Escravos Homens	Ourém	Bragança	Cametá	Macapá	Soure	Oeiras	Santarém
0-7	27	10	129	16	4	11	0
7-15	12	7	101	24	2	6	0
15-60	68	25	426	262	33	50	0
60-90	1	1	12	3	1	0	0
90+	0	0	0	0	0	0	0
Taxa Etária Escravas Mulheres	Ourém	Bragança	Cametá	Macapá	Soure	Oeiras	Santarém
0-7	23	13	128	31	5	9	0

7-15	3	1	74	7	2	10	0
15-60	60	26	313	117	8	33	0
60-90	2	2	48	2	1	1	0
90+	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Adaptado pela autora a partir de ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6256.

Para o ano de 1776, Macapá, tinha um quantitativo de 262 escravos homens entre 15 e 60 anos e 117 mulheres nessa mesma faixa etária. Enquanto entre 60 e 90 anos temos apenas 3 homens escravizados e 2 mulheres escravizadas, aspecto que apresenta uma freguesia composta por jovens cativos. Nesse mesmo ano, para Bragança temos 25 cativos entre 15 e 60 anos e 26 cativas na mesma faixa etária, e entre 60 e 90 anos temos 1 escravizado e 2 escravizadas. No caso de Ourém, vemos que 68 escravizados homens tinham entre 15 e 60 anos e 60 cativas nesse mesmo intervalo, tendo apenas 1 escravizado e 2 escravizadas na faixa de 60 e 90 anos.

Podemos concluir então que para Macapá, em 1776, o quantitativo de escravizados homens chega um pouco mais que o dobro de mulheres, aspecto que significa a proporção de aproximadamente 2 homens para cada mulher. Diferente de Bragança que teria praticamente um cativo para uma cativa, mesmo entre 60 e 90 anos, que temos um cativo e duas cativas nesta freguesia.

Uma freguesia que também merece atenção é Soure, pois ainda que em termos quantitativos de escravizados, seja menor que a de Macapá, em proporcionalidade temos 33 homens escravizados entre 15 e 60 e apenas 8 mulheres nesse mesmo intervalo, ou seja, para este povoamento temos aproximadamente 4 homens para 1 mulher, um aspecto interessante quando pensamos na composição desta freguesia por gênero, e apenas 1 homem entre 60 a 90 e 1 mulher nessa mesma faixa etária.

Observa-se que essa proporção quase chega a se repetir na zona bragantina, se considerarmos a quantidade de escravizados entre 60 a 90 anos que também é de aproximadamente de 1 para 1. Oeiras apresenta os seguintes dados: 50 escravizados homens e 33 escravizadas mulheres entre 15 e 60 anos, sendo que não se verifica a ocorrência de algum homem cativo dentro do intervalo de 60 a 90 anos e apenas 1 mulher nessa faixa.

Para explicar a significativa presença masculina em Macapá, é necessário considerar também a construção da Fortaleza de Macapá, empreendimento iniciado poucos anos após a chegada dos fundadores açorianos em 1751, enviados pela Coroa

como resposta às demandas geradas pela epidemia. Esse projeto demandava grande contingente de mão de obra masculina, incluindo escravizados africanos empregados nas pedreiras e serrarias, além de trabalhadores especializados em obras de engenharia e defesa territorial.

O apoio inicial da Fazenda Real no estabelecimento das propriedades dos colonos, somado à posição estratégica de Macapá na fronteira com os franceses, conferia à vila relevância política e militar. Essa condição facilitava o acesso dos proprietários locais a cativos africanos, seja por meio de negociações diretas com administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, seja por articulações que priorizavam a região em recursos humanos. Contudo, mesmo diante do uso expressivo de africanos, havia indícios de valorização contínua da mão de obra indígena, considerada pelos administradores mais econômica para aquisição e sustento.³³

Ainda que esses dados sejam importantes para compreender a composição populacional de cada freguesia analisada, a partir da faixa etária de cada povoamento - o que permite entrever quais freguesias são mais “novas” e quais as mais “velhas” - mais importante que isso é compreender a distribuição da população por meio do sexo, idade e razões de homens para mulher. Nesse sentido, é de suma importância comparar os dados populacionais dos mapas e observar quais foram as variâncias no número de escravizados em cada freguesia, sobretudo quando observamos que se, por um lado, temos povoamentos com altos índices de escravidão, como no caso de Cameté, por outro, temos Santarém que no Mapa de 1776, aparece sem nenhum registro de escravizados. O exercício de analisar desses aspectos nos permite levantar proposições teóricas, como a possibilidade de movimentações ou condições vivenciadas por esses sujeitos para compreender suas distribuições.

A primeira povoação que chama bastante atenção é a de Macapá que tinha, em 1775, 14 escravizados entre 0 e 7 anos e, em 1776, aparece com 16 escravizados. Sendo que para as mulheres também existiu uma variação, visto que em 1775 apareciam 26 mulheres entre 0-7 anos de idade, e 31 no mapa de 1776, ou seja, um crescimento de aproximadamente 19,2% da população feminina em Macapá. E, nessa mesma faixa etária, para os homens, verificamos um crescimento de 14,3%. Chama ainda mais atenção quando comparamos o crescimento populacional dos cativos que tinham entre 15 e 60

³³ Trecho adaptado de: VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778). In: _____. *Florestas*. São Paulo: Livraria da Física, 2021. p. 127.

anos, pois em 1775 identificamos um quantitativo de 216 homens escravizados e em 1776, um total de 262, isto é, um crescimento de quase 21,3% dos homens escravizados. Com relação as mulheres identificamos 65 em 1775 e 117 em 1776, um crescimento populacional de 80%, bem mais acima do que dos homens em termos percentuais. Esses dados não apenas revelam padrões numéricos de crescimento, mas também sugerem a existência de redes sociais e estratégias de reprodução, indicando que a dinâmica interna da população escravizada vai além do simples aumento demográfico. Essa observação abre caminho para analisar as movimentações populacionais, incluindo fluxos, deslocamentos e estratégias de sobrevivência de outras freguesias, que serão abordadas na seção seguinte. Embora os dados de Macapá revelem um crescimento na faixa etária de 0 a 7 anos entre 1775 e 1776, o aumento expressivo de adultos, especialmente na faixa de 15 a 60 anos, indica que a maior parte desse acréscimo populacional não pode ser atribuída apenas à reprodução interna.

As consequências desses fatores se refletem em uma estrutura demográfica marcada por desequilíbrios de gênero e predominância de jovens entre a população escravizada. Tais configurações indicam não apenas padrões de recrutamento e uso da mão de obra cativa, mas também apontam para a adoção de estratégias distintas de renovação populacional entre as freguesias. Em Macapá, os dados dos mapas de 1775 e 1776³⁴ revelam que o aumento da população escravizada ocorreu majoritariamente por meio da chegada de novos cativos, o que reflete sua posição estratégica, o apoio da Coroa e a demanda por força de trabalho em obras como a construção da fortaleza já mencionada. Em freguesias como Soure, a desproporção entre homens e mulheres sugere limitações à reprodução natural, o que pode ter impactado diretamente a dinâmica social e a estabilidade dessas comunidades. A baixa presença de mulheres limitava a capacidade de reprodução interna, exigindo a constante entrada de novos cativos para manutenção do contingente escravizado. O crescimento acelerado da população cativa, como se observa em Macapá, também revela processos de mobilidade, deslocamento forçado e reestruturação interna dos grupos escravizados, aspectos fundamentais para a compreensão da lógica populacional da região.

³⁴ Todos os dados populacionais de 1775 e 1776 utilizados nesta seção foram extraídos dos Mapas de População da Capitania do Grão-Pará, disponíveis em: [https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&Pesq=013,%20Cx%2074/%20Doc.%206256&pagfis=47410] e [https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&Pesq=013,%20Cx%2074/%20Doc.%206256&pagfis=47428]

Embora os mapas populacionais de 1774 a 1776 revelem variações significativas no equilíbrio de gênero e na proporção de crianças, o que permite entrever possibilidades de reprodução natural da população cativa, esses dados também apontam para limites importantes da reprodução endógena em determinadas freguesias. Em Soure, por exemplo, a baixa presença de mulheres reduzia a capacidade de renovação interna, exigindo a reposição constante por meio do tráfico. Essa realidade, contudo, dialoga com análises de períodos posteriores. Daniel Souza Barroso demonstra que, no século XIX, a reprodução endógena foi um mecanismo essencial para a manutenção da escravidão na Amazônia, sustentando a continuidade do sistema em contextos de restrição ao tráfico africano e contribuindo para a formação de famílias cativas estáveis³⁵. A comparação entre os dados do século XVIII e as conclusões de Barroso evidencia que a capacidade de reprodução interna não foi linear nem uniforme, mas variou conforme a conjuntura econômica, o equilíbrio demográfico e a integração das freguesias às rotas de comércio. Nesse sentido, ainda que as fontes de 1774-1776 mostrem limites à reprodução endógena em freguesias como Soure, a análise de outros períodos reforça a importância desse aspecto para compreender a dinâmica escravista na região.

A análise da estrutura etária e da composição por gênero nas diferentes freguesias revela apenas uma parte do panorama demográfico da população escravizada. Para compreender com maior profundidade a dinâmica interna desses agrupamentos, é necessário investigar os fatores que provocaram variações concretas nos números registrados — não apenas os nascimentos, mas também as mortes, chegadas e retiradas de indivíduos ao longo dos anos. Esses fluxos populacionais, muitas vezes silenciosos nos registros oficiais, podem revelar padrões de mobilidade forçada, estratégias de sobrevivência, decisões administrativas e lógicas econômicas regionais. Assim, a próxima seção se dedica à análise da movimentação populacional entre os anos de 1775 e 1776, atentando para os mecanismos de acréscimo e de redução da população escravizada, com especial atenção para as natalidades, mortalidades, transferências e retirantes que marcaram o cotidiano dessas freguesias.

³⁵ BARROSO, Daniel Souza. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 177. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08122017-154641/>. Acesso em: 23 set. 2025.

Movimentação populacional: entre natalidades, mortalidades, acréscimos e retirantes da população escravizada.

Além da análise da composição demográfica da população escravizada nas freguesias do Grão-Pará, os dados de natalidade, mortalidade, chegada e partida presentes nas fontes consultadas permitem vislumbrar as dinâmicas de mobilidade e circulação desses sujeitos dentro da lógica da escravidão colonial. A presença desses registros nos mapas populacionais indica que o cativo não era uma realidade fixa, mas marcada por deslocamentos constantes que impactavam diretamente a estrutura populacional local. O crescimento ou diminuição de uma população ocorre, de forma geral, por quatro fatores básicos: nascimento, morte, chegada de indivíduos e partida de indivíduos de determinado local.

No contexto da escravidão, o conceito de “imigração” assume uma conotação específica: trata-se, na maioria dos casos, do transporte forçado de pessoas escravizadas, seja por rotas interprovinciais, comércio interno, transferência entre propriedades ou deslocamentos por razões administrativas e estratégicas do Império português. Assim, analisar o fluxo de chegada e partida dos escravizados entre as freguesias permite compreender como se organizavam essas transferências, quais regiões funcionavam como polos de recepção e quais apresentavam maior evasão, e de que forma tais movimentos refletiam interesses econômicos. Pensando nisso, ao estudar os mapas populacionais, podemos ir além dos registros numéricos e compreender como negros, indígenas e outros setores sociais criaram espaços de cooperação e estratégias de sobrevivência, mesmo sob o regime escravista. Ainda segundo Rosa Acevedo e Flavio Gomes, ao estudarem esse mesmo período, citam que “em tal contexto, nessas fronteiras com as Guianas coloniais, negros, escravos fugidos, libertos ou livres, também indígenas e outros setores sociais, criaram, como veremos, um espaço para contatos e cooperação”³⁶. Por isso, é possível perceber que a população escravizada, através do fluxo e refluxo de chegadas e partidas, exercia certa autonomia, ainda que precária e temporária, dentro de uma sociedade multifacetada, na qual se incorporavam indígenas, africanos e engajados, muitas vezes por meio de redes de tráfico e coerção administrativa.

³⁶ GOMES, Flávio dos Santos; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Reconfigurações Coloniais: Tráfico de Indígenas, Fugitivos e Fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII). **Revista de História (USP)**, São Paulo, n.149, 2004, p. 72

De acordo com as informações disponibilizadas nos mapas de população, especificamente na população escravizada, o crescimento poderia ocorrer tanto de forma natural — pelo nascimento — quanto pelo acréscimo de pessoas vindas de outras freguesias. Da mesma maneira, a redução podia resultar de mortes ou da retirada desses indivíduos para outros locais.

Essas dinâmicas de chegada, partida, nascimentos e mortes podem ser ilustradas por exemplos específicos das freguesias, como se observa nos registros de Cametá. Em 1775, Cametá tinha um quantitativo de 686 escravizados homens e 532 escravizadas no total, somando todas as faixas etárias. Já em 1776, esse número diminuiu para 668 (redução de 2,6%) em relação aos homens, e para as mulheres, temos então um total de 563, um aumento significativo de 1775 para 1776. Ao detalharmos os registros de 1776, nota-se que no período nasceram 42 escravizados, ocorreram 31 mortes, houve um acréscimo de 39 indivíduos e a retirada de outros 36.

Esses dados sugerem que o crescimento feminino pode estar relacionado tanto a um maior número de nascimentos de mulheres quanto a uma letalidade mais acentuada entre os homens, possivelmente em função de seu emprego majoritário em trabalhos braçais exaustivos. Ademais, o saldo entre acréscimos e retiradas evidencia que, para além do crescimento natural, Cametá participou ativamente do fluxo interfreguesias de escravizados, recebendo e cedendo mão de obra de acordo com as demandas produtivas regionais.

Outra comparação pertinente é entre os mapas de 1774 e 1775 em relação à freguesia de Vila Vistosa. Em 1774, essa freguesia contava com 114 escravizados, número que aumentou para 124 em 1775. Os dados de nascimentos, mortes, acréscimos e retiradas aqui apresentados foram extraídos do mapa de população de 1775, uma vez que esse documento apresenta, de forma detalhada, as variações ocorridas no período anterior, permitindo identificar com precisão os fatores de crescimento e diminuição populacional.

Nesse ano, o crescimento resultou tanto de nascimentos (8) quanto de acréscimos por chegada de novos cativos (8), totalizando 16 indivíduos incorporados à população. Por outro lado, a diminuição esteve associada a um número reduzido de mortes (1) e à retirada de alguns escravizados para outras localidades (5), perfazendo 6 indivíduos a menos. Esse balanço demonstra que, embora houvesse pequenas perdas, o saldo final foi positivo, resultando no crescimento de 10 cativos no período.

No que se refere à composição por gênero, observa-se que em 1774 os homens somavam 61 indivíduos e em 1775 esse número passou para 67, um aumento de 6 pessoas. Já entre as mulheres, havia 53 em 1774 e 57 em 1775, indicando acréscimo de 4. Esses dados sugerem que tanto a população masculina quanto a feminina participaram do crescimento geral, refletindo um contexto de relativa estabilidade e capacidade de reposição dessa mão de obra, seja por reprodução interna, seja pela chegada de novos escravizados.

Para essa realidade histórica, podemos supor o mesmo para Cameté, onde houve uma maior ocorrência de nascimento e chegada de homens que mulheres, nesse intervalo de 1 ano, se considerarmos como categoria de análise “sexo”, temos que a composição populacional para cada uma das freguesias analisadas tem diferentes parâmetros de variância.

Tal discrepância sugere uma dinâmica populacional diferenciada entre as freguesias. Para compreender essa realidade, é possível considerar fatores como a maior vulnerabilidade das mulheres às condições de vida coloniais, especialmente à mortalidade materna. Estudos como o de Márcia Regina Barros da Silva demonstram que, no Brasil colonial, a morte por complicações no parto era uma das principais causas de óbito entre mulheres em idade fértil, sendo agravada em regiões com escasso acesso a cuidados médicos, como o interior da Amazônia.³⁷ Além disso, Laura de Mello e Souza destaca que as funções sociais atribuídas às mulheres — como o trabalho doméstico e o cuidado de outros — as expunham a riscos constantes, especialmente em contextos de pobreza e insalubridade.³⁸

Dessa forma, ainda que em Cameté a redução percentual tenha recaído sobre os homens, é plausível considerar que, no intervalo de apenas um ano, variações naturais como maior número de nascimentos masculinos e maior mortalidade feminina possam ter influenciado a composição populacional local. Isso reforça a importância de se considerar o “sexo” como uma categoria analítica relevante, dada a variação nos parâmetros demográficos entre freguesias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁷ SILVA, Márcia Regina Barros da. Mortalidade materna no Brasil colonial: práticas e representações. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2, p. 513-530, 2003.

³⁸ MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

A prática censitária no Império português não surgiu apenas de uma curiosidade estatística, mas de uma mudança estrutural no modelo de governo, que passou a entender que o poder político e administrativo dependia do domínio das informações sobre a sociedade. Inspirado pelas ideias iluministas, o Estado português adotou os censos como ferramenta essencial para o controle e a gestão dos territórios ultramarinos. E é nessa contextualização que a importância de uma perspectiva histórica da História da População se faz evidente dentro do presente trabalho que teve como objetivo compreender as diferenças na composição demográfica dos escravizados no Grão-Pará entre 1774 e 1776 bem como as formas de identificação a partir dos Mapas de População.

A análise das principais fontes permitiu interpretar os resultados desta pesquisa à luz dos objetivos propostos. Com base na historiografia sobre a escravidão na Amazônia, observam-se possibilidades de fenômenos sociais como fluxos migratórios forçados, resistência, impacto de políticas coloniais sobre a população e padrões de morte entre homens e mulheres, relacionados à população escravizada do Grão-Pará, sobretudo quando analisamos as variações nos dados populacionais, ou seja, os aumentos e declínios registrados. Como vimos, há povoamentos com altos índices de escravizados, como Cameté, e outros com baixos registros populacionais, como Santarém, que aparece no Mapa de 1775 sem nenhum registro de escravizados. Além disso, foi possível analisar também as variações populacionais das freguesias a partir do sexo enquanto categoria de análise, considerando que em algumas freguesias tivemos aumento no número de homens, como foi o caso de Cameté, e diminuição do número de mulheres, como em Vila Vistosa.

O outro parâmetro de observação que foi possível identificar foi a idade das populações escravizadas das freguesias. Se por um lado tivemos povoamentos com população mais jovem, como Cameté, por outro também tivemos povoamentos com a população de escravizados mais velha, como no caso de Macapá. Dessa forma, a análise dos Mapas de População e a articulação com a historiografia regional possibilitaram não apenas compreender aspectos quantitativos da presença escravizada no Grão-Pará, além de trazer à tona questões como dinâmicas sociais, padrões de morte e variações populacionais ao longo do tempo. Assim, esta pesquisa contribui para o avanço dos estudos voltados à História da População e à Demografia Histórica ao incorporar sujeitos historicamente marginalizados às discussões demográficas, ressaltando a importância de

abordagens que aliem documentação colonial e leitura crítica para a construção de uma narrativa mais ampla e complexa sobre o passado amazônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 18, ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10997>. Acesso em: 02 set. 2025.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Capitania do Pará. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e Sousa Coutinho, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 19 abr. 1765. Cx. 65, doc. 2023.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Capitania do Pará. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 7 abr. 1773. Cx. 70, doc. 5993.

BACELLAR, Carlos. **Os senhores de terra: família e sistema sucessório entre os senhores De engenho do Oeste Paulista (1765-1855)**. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1997.

BARROSO, Daniel Souza. **Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)**. *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v. 50, p. 93-128, 2014.

BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08122017-154641/>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. *Mapa de população da Capitania do Estado do Grão-Pará*. 1774. Manuscrito. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Cód. 013, cx. 72, doc. 6100. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&pagfis=45885. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. *Mapa de população da Capitania do Estado do do Grão-Pará*. 1775. Manuscrito. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Cód. 013, cx. 74, doc. 6252. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&pagfis=47410

BRASIL. *Mapa de população da Capitania do Estado do do Grão-Pará*. 1776.

Manuscrito. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Cód. 013, ex. 74, doc. 6256. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&Pesq=013,%20Cx%2074/%20Doc.%206256&pagfis=47428

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colônia** (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, 1990.

FONSECA, André Augusto da. Os mapas da população no Estado do Grão Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de estudos de população**, REBEP, v. 34, p. 439, 2017.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Século XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Editora Enesp. 1993.

GOMES, Flávio dos Santos; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Reconfigurações Coloniais: Tráfico de Indígenas, Fugitivos e Fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII). **Revista de História (USP)**, São Paulo, n.149, p. 69-108, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (em torno da lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V 8. 16, p. 37-55, 1988.

MATOS, Paulo Teodoro de. Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 34(3), 635–648, 2017.

MATOS, Paulo Teodoro. Population censuses in the Portuguese Empire, 1750–1820: Research notes. **Romanian Journal of Population Studies**, 2013, 7(1), 5–26. Disponível em

https://www.academia.edu/92982125/Population_Censuses_in_the_Portuguese_Empire_1750_1820_Research_Notes

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774–1821. **Anais de História de Além-Mar**, 20(1), 2019, 123–151. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/aham/article/view/36682>

MELLO E SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MELO, Vinícius Zuniga.; PEREIRA, Davi dos Santos. Riqueza, terra e poder no Grão-Pará do século XVIII. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 16, e34, 2023. Disponível em: <https://rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/362/487>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MIRANDA, Elis. Cameté: marcas da presença portuguesa na Amazônia. **Comunicação apresentada no Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.], p. 4.

PALHA, Bárbara Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. 2011 .162 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazonia). Belém: UFPA, 2011.

RIBEIRO, Mônica da Silva. A atuação pombalina na América portuguesa: impactos e transformações na segunda metade dos Setecentos. **Revista Maracanã**, v. 15, p. 58-75, 2016.

SAMPAIO, Patrícia Melo. O fim do silêncio. **Presença negra na Amazônia**. Belém: Editora AÇAÍ/CNPq, 2011 ISBN 978-85-61586-30-0, p .298.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. **Revista Estudos Amazônicos**. Vol, IX, n,1 (2013).

SILVA, Márcia Regina Barros da. Mortalidade materna no Brasil colonial: práticas e representações. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2, p. 513-530, 2003.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

TOSTES, José Alberto; TAVARES, Ana Paula Cunha. Cidade e história na Amazônia: Fortaleza de São José de Macapá – da gênese ao simbolismo do patrimônio. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ)**, 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPARQ, 2014. p. 1–11.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. A Necessidade Carece de Ley: valorização da mão-de-obra indígena e africana no Grão-Pará (1748-1778). TOPOI (ONLINE): **Revista de História**, v. 20, p. 704-728, 2019.